

DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA, FORÇA DE TRABALHO E EMIGRAÇÃO RURAL NO RIO GRANDE DO SUL

*Péricles F. L. Oliveira **

I — Introdução

Algumas das reflexões apresentadas no presente escrito ainda carecem de adequadas comprovações empíricas, constituindo hipóteses que, em princípio, foram consideradas suficientemente plausíveis. Ressalva-se que as estatísticas fundiárias e agrárias de maior abrangência, devido à atual forma de tabulação e edição, se tornam bastante limitantes para a caracterização e acompanhamento de determinados fenômenos macroeconômicos e sociais¹. Não se dispõe, por exemplo, de classificações das unidades agropecuárias segundo valores de produção, sistemas agrotécnicos e combinações produtivas, nem do cruzamento de classes de área total e escalas de produção por atividade; tampouco há possibilidade de acesso aos dados de coleta.

II — Aspectos sócio-econômicos do desenvolvimento agrícola

1. No decorrer da fase de desenvolvimento por que passaram a agropecuária estadual e o meio rural, foram excepcionalmente rápidos o crescimento econômico, a tecnificação, a motomecanização e a modernização. A conjuntura econômica apresentou-se tipicamente expansionista, com um fluxo elevadíssimo de inversões públicas e privadas e com numerosas ações e programas motivados pelos interesses e vantagens do aumento das exportações (e importações) ensejadas pela produção

* Técnico da Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul.

¹ O recadastramento de imóveis rurais promovido pelo INCRA em 1978, além de não ter alcançado plena abrangência, não foi publicado. E o Censo Agropecuário de 1980 só recentemente foi editado pelo IBGE.

agropecuária. A maioria dos atuais produtores, mesmo os fazendeiros e os pequenos agricultores, beneficiaram-se rapidamente desse processo, inclusive porque os recursos agrários se encontravam bastante subutilizados. Na medida em que se alargavam as oportunidades de mercado e havia uma ampla concessão de incentivos econômicos e técnicos e de privilégios fiscais, os entraves atinentes à estrutura agrária foram sendo rompidos: os latifúndios subexplorados reduziram-se a um número muito pequeno, assim como os minifúndios subestruturados ou rudimentares perderam sua proeminência dentre as pequenas explorações agrícolas de cunho familiar.

Face à elevação da produção e dos índices globais de produtividade dos estabelecimentos — e graças aos preços favoráveis para diversos produtos agrícolas e às melhorias nas condições do abastecimento rural e da comercialização agrícola —, elevaram-se consideravelmente a formação da renda e a valorização dos patrimônios agropecuários. Entre as famílias de pequenos agricultores, a redução do número de dependentes contribuiu ainda mais para o aumento da renda pessoal disponível (pelo menos enquanto os preços dos insumos não cresciam tão vertiginosamente e os subsídios de crédito eram substanciais). De acordo com as declarações prestadas nos Censos Agropecuários de 1970 e 1980, para a média geral dos estabelecimentos a margem entre o valor bruto de produção anual e as despesas cresceu em 82%, em termos de salários mínimos vigentes naqueles anos. Para as unidades com área total entre cinco e 10 hectares, esse crescimento foi de 90%, alcançando 28,3 salários mínimos por estabelecimento. Para o estrato de 10 a 20 hectares, essa taxa foi de 76% e o valor médio chegou a 42,2 salários mínimos. O valor dos bens agropecuários (incluindo terra e residências) para esses dois estratos denotou acréscimos de 233% e 227%, atingindo a média por estabelecimento de 223 e 373 unidades de salário mínimo respectivamente. Por outro lado, segundo a amostragem dos censos demográficos, 54% da categoria “autônomos” do setor agropecuário declararam, em 1970, rendimentos mensais inferiores ao salário mínimo, proporção que se reduziu para 33% em 1980. Para os empregados agrícolas, a proporção mantinha-se em torno de 64%, percebendo rendimentos até aquele valor.

Os referidos dados parecem confirmar a evidência empírica de que a maioria dos pequenos agricultores (abstraindo os riscos do novo caráter de sua articulação ao sistema econômico global) já se encontravam em um nível de renda e condições de vida menos desfavoráveis em comparação aos empregados de menores remunerações dos meios rural e urbano.

2. Quanto aos problemas sociais que têm acompanhado o desenvolvimento agrícola estadual, há a questão da persistência do padrão de concentração na propriedade individual dos recursos fundiários. A estrutura fundiária, de 1970 para 1980, sofreu alterações pouco expressivas, a não ser em algumas regiões determinadas. Nos estratos de área inferior a 20 hectares, estão recenseados 293 mil estabelecimentos, 14% dos quais pertencem a titulares não residentes, 18% são explorados por arrendatários ou parceiros, 8,3% são constituídos por terras próprias e de terceiros e outros 9,5% são posseiros ou ocupantes. Esses estabelecimentos detinham 11% da superfície agrícola estadual, correspondendo-lhes 27% do Valor Bruto de Produção (30% em 1970) e 18% do patrimônio em terras e demais meios de produção (19%

em 1970).² Para a identificação de outras formas precárias de acesso à terra (agregados, parceiros dependentes, cessionários), não há estatísticas oficiais apropriadas.

Outro aspecto relevante refere-se à diferenciação sócio-econômica entre os pequenos agricultores. Muitíssimos agricultores não puderam prosperar e foram substituídos; e existe ainda uma grande proporção de “agricultores de baixa renda”, não obstante os vultosos recursos públicos carreados ao meio rural. Não há suficiente avaliação a respeito, mas existiriam cerca de 80 mil produtores nesta última condição, distinguindo-se entre eles 20 mil famílias microfundiárias em situação de extrema carência, elevadas insuficiências profissionais e culturais e desinformadas ou marginalizadas dos mais elementares serviços sociais e de apoio à agricultura.

Um dos principais problemas relacionados aos desajustes entre o desenvolvimento agrícola e as necessidades sociais diz respeito à intensa migração para as cidades. Em ausência de programação e ações político-sociais adequadas, acentuou-se a deterioração das condições de vida no meio urbano, especialmente para o operariado e para as categorias de escassa remuneração. Sendo numerosíssimos e, em grande parte, pessoas oriundas de famílias de poucos recursos, os migrantes contribuíram decisivamente para engrossar o contingente da pobreza urbana ao se defrontarem com salários reduzidos, insuficiências de empregos apropriados, de serviços sociais e de infra-estrutura comunitária e com um continuado encarecimento do custo de vida.

III — A evolução da população ocupada no meio rural

1. A força de trabalho, apesar do grande decréscimo da população rural, permaneceu como um fator muito ponderável no complexo econômico rural em função da persistência de um grande contingente numérico de pequenas explorações agrícolas em regime familiar. Enquanto a população residente retrocedia de 3.112 mil em 1970 para 2.523 mil em 1980, o número de pessoas ativas com 10 anos e mais de idade apenas rebaixava, segundo a amostragem do Censo Demográfico, de 1.108 mil para 1.022 mil. Nas atividades não agrícolas, a ocupação elevava-se de 145 mil para 214 mil, enquanto no conjunto da agropecuária, pesca e extração vegetal o total de ativos decrescia de 1.045 mil para 904 mil.

No Censo Agropecuário as mensurações, além de bem mais elevadas que as do Censo Demográfico (Quadros I e II) revelam acréscimo expressivo do pessoal ocupado em decorrência de um grande aumento do número de ajudantes familiares e, em termos relativos, dos empregados permanentes e temporários. De 1970 para 1980, aparece decréscimo apenas quanto ao número de “responsáveis e membros

² A mudança do conceito pelo IBGE, a partir de 1975, redundou num decréscimo de 15% no número total de estabelecimentos, implicando ajustes difíceis para se poder detectar alterações efetivamente reais entre os Censos de 1970 e 1980.

não remunerados da família” com 14 anos e mais de idade: de 733 mil para 711 mil. Dos ajudantes familiares, os jovens com menos de 14 anos e as mulheres teriam aumentado de 581 mil para 791 mil. Os homens de 14 anos e mais aumentaram de 851 mil para 920 mil, em razão do crescimento do número de empregados permanentes e, mais ainda, de temporários. O acréscimo relativo quanto a estes últimos se mostra-se ainda mais expressivo ao considerar-se as cifras atinentes a contratações no mês de maior demanda (dezembro): 91 mil em 1970 e 179 mil em 1980.

Quadro 1

Ocupação no setor agropecuário conforme
os Censos Demográficos – 1970 e 1980

DISCRIMINAÇÃO	1970	1980
Autônomos	498 861	429 294
10 a 14 anos de idade	(4 673)	(3 686)
Parceiros	(14 284)
Não remunerados	371 797	272 087
10 a 14 anos de idade	(71 041)	(55 107)
Do sexo feminino	(147 191)	(123 755)
Empregados	151 521	178 876
Volantes	(23 025)
Parceiros	(4 794)
Empregadores	22 556	20 613
TOTAL	1 044 735	903 641
Com domicílio urbano	(94 939)

FONTE: CENSO DEMOGRÁFICO 1970; Rio Grande do Sul (1973). Rio de Janeiro, IBGE.

CENSO DEMOGRÁFICO 1980; Rio Grande do Sul (1982). Rio de Janeiro, IBGE.

- NOTA: 1. As cifras referem-se a “pessoas economicamente ativas” de 10 anos ou mais de idade, trabalhando habitualmente 15 horas ou mais por semana em atividades agropecuárias, de extração vegetal ou pesca.
2. Os quesitos do presente quadro foram investigados pelo IBGE por amostragem para a população em geral (urbana e rural).
3. A convenção ... significa que o dado não foi investigado ou não foi divulgado pela publicação da Fundação IBGE.

Quadro II

Pessoal ocupado nos estabelecimentos conforme os
Censos Agropecuários – 1970 e 1980

DISCRIMINAÇÃO	1970	1980
Responsável e membros não remunerados da família	1 314 904	1 502 023
13 anos ou menos de idade	(142 196)	(275 835)
do sexo feminino	(490 811)	(639 264)
Empregados permanentes	63 573	111 030
Empregados temporários	49 468	113 879
Parceiros não autônomos	12 862	14 217
Outra condição (agregados, etc.)	6 006	6 081
TOTAL	1 446 813	1 747 230
Não residentes nos estabelecimentos	(278 804)

FONTE: CENSO AGROPECUÁRIO 1970; Rio Grande do Sul (1974). Rio de Janeiro, IBGE.

CENSO AGROPECUÁRIO 1980; Rio Grande do Sul (1984). Rio de Janeiro, IBGE.

NOTA: As cifras referem-se a pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários na data de referência do Censo (31 de dezembro).

As disparidades entre as duas fontes estatísticas explicam-se parcialmente porque no Censo Agropecuário pode haver múltipla contagem entre ajudantes familiares e trabalhadores temporários e, principalmente, porque o pessoal é considerado ocupado mesmo sem o exercício integral ou tendo menos de 10 anos de idade. A propósito pode ser denotado que: 1º) o pessoal não residente nos estabelecimentos aparece com a expressiva cifra de 279 mil; 2º) a faixa de idade inferior a 14 anos representa 16% de todo o pessoal ocupado (enquanto é de 7,4% no Censo Demográfico); 3º) a fração feminina com 14 anos e mais participa em 32% (em comparação a 15,4%); 4º) a validade destas últimas cifras implica um grau de ocupação de 100% para a população rural de 10 a 14 anos de idade e de 70% das mulheres com mais de 14 anos (atingindo 100% nas regiões características de fumiicultura e suinocultura).

O decréscimo da população rural sem redução proporcional do pessoal ocupado correlaciona-se, afora as razões de ordem técnica e econômica, com importantes mudanças na dinâmica populacional: 1º) o aumento do número de trabalhadores rurais e agricultores residentes no meio urbano; 2º) as proporções excepcionalmente elevadas que vinham assumindo as frações jovens e sua emigração cada vez mais cedo; 3º) a redução da prolicidade das famílias mais jovens. As estatísticas demográficas indicam que a população em idade até 14 anos retrocedeu da proporção de 42,7% em 1970 para 35,1% em 1980. O número médio de filhos tidos, por mulheres de 25 a 34 anos, passou de 3,7 para 2,8, e de 5,0 para 4,7 no agregado de todas as idades. As famílias com seis ou mais integrantes retrocederam de 37,1% para 23,6%.

2. Em função da saída de grande parte do pessoal jovem e da menor prolicidade familiar, as pequenas e médias explorações passaram a abrigar uma população residente bem menor (embora mantivessem quase inalterada a mão-de-obra familiar de maioridade). O potencial de produção pode ser expandido graças à reconversão dos sistemas culturais e da estrutura de produção em conjugação com a ampla adoção (tanto na sojicultura e fumiicultura quanto na criação de suíno tipo-carne, pecuária leiteira e outros ramos) de fatores e processos mais tecnificados e de uso da tratorização e outros serviços moto-mecanizados. O uso da tração animal, embora tenha retrocedido nas zonas onde as lavouras ganharam escala, continuou presente entre as pequenas explorações, combinando-se freqüentemente com o uso da tratorização (no preparo de solo e colheita).³ as contratações de “peões” temporários, assim como de empreitadas (com ou sem equipamento), foram ampliadas e contribuíram, junto com a tecnificação, para dispensar a força de trabalho familiar mantida em função de épocas de “piques” de utilização. No Censo Agropecuário de 1975 essas modalidades abrangem dois terços dos estabelecimentos com área de 20 a 50 hectares e um quarto dos que possuem menos de 20 hectares.

Por sua vez, os empreendimentos de maior porte, sobretudo em função da grande expansão lavoureira, levaram à duplicação do número de empregados na agropecuária estadual. As ocupações mais qualificadas tiveram um acréscimo significativo, de modo que em 1980 contavam-se 22 mil tratoristas e 15 mil trabalhadores entre mecânicos, motoristas e técnicos.⁴

Em função das transformações agrícolas e do desenvolvimento rural, evoluiu muito a população rural ocupada em atividades não agrícolas, chegando a um montante de 200 mil pessoas.

³ O efetivo de bois de trabalho apresentou-se, em 1980, com um pequeno decréscimo, ficando em 300 mil no estrato de área abaixo de 20 hectares e em 190 mil no de 20 a 50 hectares.

⁴ Reduções de pessoal verificaram-se em determinadas zonas rizícolas, onde haviam um alto coeficiente de utilização de mão-de-obra e se estava promovendo uma substituição acelerada, particularmente nos serviços de “entaipamento” e colheita.

IV — Características do processo migratório

1. Um contingente não inferior a 400 mil pessoas teria afluído à região metropolitana e outras 500 mil para as demais cidades no intervalo censitário 1960-70, sendo que 20% e 40%, respectivamente, teriam saído diretamente do meio rural. No período seguinte, a região metropolitana teria recebido mais 700 mil pessoas (um terço diretamente do meio rural), elevando de 24% para 29% sua participação na população urbana estadual. A migração para as demais cidades teria abrangido 350 mil, 50% com procedência rural. A migração rural-rural seria de 180 mil, e a migração urbana-rural, de quase 50 mil pessoas.

Na saída para outros estados, com destino urbano ou rural, seriam 330 mil pessoas na década de 70. Tal magnitude mostra-se inferior a dos anos 60 e menor do que as cifras encontradas para a emigração dos demais estados com grandes populações; e, em comparação a Santa Catarina, revela-se apenas ligeiramente superior.

Das migrações internas, uma parte menor foi absorvida no crescimento agropecuário e no desenvolvimento rural ou nas cidades do interior do Estado. Na maioria das regiões, essa incorporação foi muito limitada, contribuindo ao decréscimo ou à estabilidade populacional. Nesses termos, constata-se pelo Censo de 1980 aumentos da população urbana inferiores aos decréscimos da população rural nas seguintes regiões homogêneas: Vacaria (com decréscimo de 40%), Litoral Setentrional (menos 35%), Alto Camaquã (-27%), Vale do Jacuí (-23%), Lagoa Mirim (-22%), Soledade (-20%), Erexim (-18%), Alto Taquari (-16%) e Iraí (-12%). Em algumas regiões, no entanto, chegou a ocorrer aumento populacional, apesar de uma acentuada retração da população rural, tal como nas regiões do Alto Jacuí (-24%), Encosta da Serra Geral (-24%), Campanha (-24%), Santa Maria (-22%) e Ijuí (-20%).

2. A intensidade da emigração rural correlaciona-se ao enorme crescimento que vinha apresentando a população vinculada às explorações agrícolas de cunho familiar. E essa reprodução da força de trabalho já não contava com as mesmas possibilidades de absorção através de uma acentuada proliferação minifundiária, conforme ocorreu nas décadas de 60 e 70 (à base de 100 mil unidades em cada um desses períodos). Por outro lado, as melhorias da produtividade do trabalho permitiam reduzir a subocupação e prescindir dos aumentos na força de trabalho familiar, mesmo com aumento do potencial de produção. Além disso, em diversas regiões verificavam-se decréscimos no número de pequenas explorações.

Para a formação de novos assentamentos agrícolas já não havia disponibilidade de terras públicas no Estado como nos períodos anteriores, quando foram distribuídas em módulos acima das possibilidades imediatas de utilização, a preços baixos e condições favorecidas. Também junto aos imóveis maiores foi escasso o desmembramento em múltiplas parcelas (no processo sucessório familiar) ou a alocação de terra a diversos cessionários. Entre os pequenos e médios imóveis, onde as cedências de terra tinham maior expressividade, tanto a parceria e o arrendamento como outras modalidades não tiveram maior difusão.

Outrossim, tornou-se mais restrito o processo de subdivisão interna das explorações familiares em decorrência do limite a que havia chegado o parcelamento, es-

pecialmente no caso de estabelecimentos mais rudimentares e baseados em produções semi-extensivas⁵. A fragmentação fundiária também encontrou uma forte barreira quando uma grande proporção do contingente (majoritário) de explorações baseadas na produção de grãos começaram a mobilizar as terras subutilizadas, aumentar as escalas produtivas, e adquirir melhor nível técnico e econômico, adotando sistemas e fatores de menor divisibilidade técnico-produtiva.

A transferência de agricultores para as regiões de expansão da fronteira agrícola nacional continuou sendo um fator de expressividade no movimento de emigração, embora com dimensão social relativamente menor. As oportunidades para pequenos parceiros ficaram mais limitadas, notadamente em Santa Catarina e Paraná onde o acesso à terra fora mais facilitado e já havia melhores condições de infra-estrutura econômica e social. Em compensação, os produtores com maior potencial econômico assumiam mais terras no Mato Grosso do Sul, em Goiás e no Mato Grosso e fundavam granjas e estabelecimentos comerciais com parentes e pessoas relacionadas; e, nesse caso, era comum o deslocamento simultâneo de parceiros, “peões”, agregados e de diversas categorias de trabalhadores.

3. Nos fluxos migratórios foi elevada a participação do pessoal jovem. De um lado, era a juventude que, a partir dos estabelecimentos agrícolas familiares, obtinha condições mais favoráveis para se dirigir em maior número às cidades em busca de maior escolaridade e formação profissional. De outra parte, o pessoal jovem chegava à maioridade também em grande número e com escassa possibilidade de encontrar adequado aproveitamento no estabelecimento familiar. As explorações de pequena dimensão haviam-se multiplicado enormemente e apenas uma proporção conseguia ingressar e desenvolver os ramos produtivos que proporcionavam maior valorização ao trabalho familiar. O excedente de força de trabalho configurou-se muito maior quando o progresso técnico, ao ensejo da expansão da sojicultura, estendeu-se rapidamente às explorações lavoureiras de cunho familiar.

Ao se retirarem do setor agrícola, muitos filhos de agricultores puderam estabelecer-se como autônomos no próprio Estado, ocupando-se de múltiplos negócios inter-relacionados com o crescimento econômico e social do setor rural. Entretanto a maioria dos jovens oriundos das explorações agrícolas familiares, assim como as demais categorias de migrantes, passaram à condição de empregados e dirigiram-se às cidades impulsionados pela conjuntura de crescimento acelerado das atividades urbanas.

Famílias inteiras de agricultores também abandonaram a atividade, especialmente aquelas que se encontravam vinculadas a explorações muito deficientes. Essas situações se relacionam a precárias condições quanto à posse da terra utilizada ou, mais comumente, à insuficiência de área para as produções semi-extensivas a que

⁵ A minifundização tem sido favorecida, em determinadas condições, pelo gradativo rebaixamento do módulo de área necessário à obtenção de uma renda mínima de subsistência.

ainda se obrigam uma grande parte das menores explorações em muitas regiões. Outros agricultores, mesmo sem uma restrição fundiária decisiva, terminaram liberando suas terras ao não conseguirem melhorar suas explorações e seu padrão de vida conforme o nível médio que, em condições similares, outros agricultores vinham alcançando. Nesse sentido, tiveram influência relevante os seguintes fatores: 1º) a insuficiente capilaridade social, ou a inadequação para os agricultores pobres, das múltiplas ações e vultosas inversões públicas aplicadas ao desenvolvimento agrícola; 2º) a marginalização em que se mantinham muitas famílias e comunidades, não obstante a melhoria geral de infra-estrutura social, do sistema previdenciário e dos serviços assistenciais relacionados ao meio rural; 3º) os elevados preços oferecidos por reduzidas parcelas de terra por parte dos pequenos e médios agricultores mais bem sucedidos; 4º) o crescimento das possibilidades de locomoção e das facilidades para a migração às cidades.

Com o surto de expansão da economia agrícola e a grande valorização dos recursos agrários, evidenciou-se em determinadas regiões uma maior competição pela posse da terra. Todavia, no conjunto, as incorporações de pequenas áreas a glebas maiores resultaram sem muita significação. Mais comuns foram as substituições das famílias por outras, em geral mais jovens (e com menor número de integrantes) e com melhores habilitações e respaldo para progredir.

Comprovações mais precisas seriam muito convenientes, mas as evidências são de que a migração rural-urbana não chegou a constituir propriamente um amplo processo de êxodo rural no sentido de generalizada evasão da agricultura como decorrência de dificuldades agrícolas, redução da renda dos pequenos agricultores e extinção maciça de pequenas unidades de produção.

Bibliografia Consultada

- BALDWIN, K. D.S. (1975). *La demografia al servicio de los planificadores agrícolas*. Roma.
- CENSO AGROPECUÁRIO 1970; Rio Grande do Sul (1974). Rio de Janeiro, IBGE.
- CENSO AGROPECUÁRIO 1975; Rio Grande do Sul (1979). Rio de Janeiro, IBGE.
- CENSO AGROPECUÁRIO 1980; Rio Grande do Sul (1984). Rio de Janeiro, IBGE.
- CENSO DEMOGRÁFICO 1970; Rio Grande do Sul (1973). Rio de Janeiro, IBGE.
- CENSO DEMOGRÁFICO 1980; Rio Grande do Sul (1982). Rio de Janeiro, IBGE.
- CENSO DEMOGRÁFICO 1980; Brasil (1983). Rio de Janeiro, IBGE.

- EINLOFT, Claudio et alii (1984). Elementos de uma análise da agricultura do Rio Grande do Sul. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, FEE, 4(1):39-53.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (1982). **A agricultura do Rio Grande do Sul**. 2.ed. Porto Alegre. (25 anos de economia gaúcha, 3).
- _____ (1977). **Aspectos demográficos e suas relações com o desenvolvimento econômico do Estado**. Porto Alegre. (25 anos de economia gaúcha, 2).
- GUIGOU, Jean-Louis (1972). **Théorie économique et transformation de l'espace agricole; II méthodologie et analyse**. Paris, Gauthier-Villars Éditeur.
- OLIVEIRA, Péricles F. L. (1978). **A agricultura agrária**. Porto Alegre, Secretaria da Agricultura/CEPA. (mimeo.).
- _____ (1984). **Levantamento das ações relacionadas com os pequenos produtores rurais do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Secretaria da Agricultura. (mimeo.).